

Buscando possibilidades para a avaliação institucional da educação superior

CLARILZA PRADO DE SOUSA* E ANAMÉRICA PRADO MARCONDES**

Recebido em 27/08/05

Aprovado em 14/10/05

* Professora doutora do programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, e coordenadora da CPA, PUCSP.

** Doutora em Psicologia da Educação, PUCSP, atuando como especialista técnica em avaliação junto à CPA/PUCSP.

Resumo: O texto discute possibilidades de encaminhamento do processo avaliativo construído coletivamente, apresentando uma perspectiva diferenciada para se olhar e orientar a auto-avaliação institucional, considerando as mediações psicossociais. Busca a compreensão da avaliação que os sujeitos produzem em espaços de participação para reflexão e consciência do grupo. A proposta está alicerçada em um estudo de caso realizado numa universidade enquanto se instalavam práticas avaliativas. Tem como referencial teórico uma epistemologia de orientação psicossociológica, que considera o papel do simbólico na construção do real e na orientação das condutas humanas. O modelo proposto contempla etapas que se integram e se complementam e a utilização de uma diversidade de procedimentos voltados à análise do cotidiano. Trata-se de alternativa que dialoga com outros encaminhamentos de avaliação, frente às dificuldades das instituições de ensino superior de assegurar condições de participação dos sujeitos no processo avaliativo, dada a complexidade da dinâmica organizacional.

Palavras-chave: Educação superior; Auto-Avaliação institucional; Mediação psicossocial; Representações sociais.

Searching For Possibilities Of Higher Education Institutional Evaluation

Abstract: The text discusses possible ways of conducting the collectively constructed evaluation process, showing a different understanding of institutional self-evaluation, considering the psycho-social mediation. The text explores the understanding that participating individuals produce and that contribute to group reflection and self-awareness. The proposal is based on a case study carried out while evaluation practices were being implemented at a university. The theoretical reference is an epistemology of psychosociological orientation, which considers the role of the symbolic in the construction of the real and in the orientation of human conduct. The proposed model contemplates phases which are integrated and complement each other, and the utilization of a variety of procedures geared at the analysis of daily activities. It is an alternative that dialogues with other evaluation procedures vis-à-vis the difficulties of higher education institutions to offer individuals the means of participating in the evaluation process, given their organizational complexity.

Key words: Higher education; Institutional self-evaluation; Psycho-social mediation; Social representations

Ao tratar da avaliação institucional falamos do lugar da valorização da avaliação enquanto instrumento produtor de conhecimentos que favorecem decisões geradoras de aperfeiçoamento institucional e crescimento dos sujeitos envolvidos. Falamos do lugar da importância da instalação de uma cultura de avaliação, como atividade pedagógica integrada permanentemente na vida da instituição, com ênfase na

auto-reflexão e diálogo, favorecendo o seu repensar e livre do caráter autoritário e punitivo construído pela história da avaliação.

A avaliação se instala como pauta das instituições de ensino superior

A Avaliação institucional tem se colocado como pauta da universidade, evidenciando um movimento presente em diferentes países, integrado a políticas governamentais. A avaliação vem sendo colocada como eixo central para a melhoria do sistema educativo, e, como analisa Barriga (1996), assim assumida como projeto internacional.

A inserção da avaliação na universidade ocorre num momento histórico em que esta enfrenta transformações geradoras de crises, decorrentes de uma situação complexa de reordenamento econômico e social, com as quais tem dificuldades de dialogar. São feitas exigências às instituições de ensino pela sociedade, que cobra sua legitimidade, enquanto ocorre restrição das políticas de financiamento pelo Estado. A avaliação institucional surge nesse clima de prestação de contas à sociedade, particularmente, para responder a um discurso de produtividade por pressão do setor econômico. A definição da titularidade, dos critérios e do produto universitário a ser avaliado tem trazido relações de tensão entre Estado-universidade, numa cena de disputa de poder ligado ao controle e à manutenção das instituições, cena esta orquestrada pela presença de diferentes paradigmas.

Diante do quadro de “crise” da universidade, Santos (1999) mostra a importância de a universidade alterar o modelo de gestão das contradições que se apresentam, adotando uma atuação ativa, autônoma e estrategicamente orientada para médio e longo prazo. Como uma importante saída, nesse contexto, mostra a necessidade de as instituições enfrentarem a exigência da avaliação, buscando coligações políticas internas e externas.

Acompanhando o fenômeno já instalado em outras realidades, foi na década de 90, comenta Dias Sobrinho (1996), que a educação superior brasileira começou efetivamente a praticar a avaliação institucional e a desenvolver a teoria sobre essa prática. Apresentando uma trajetória bastante peculiar, em final de 80 e início de 90, as instituições de ensino superior realizam amplo debate sobre o sentido e a natureza da avaliação institucional, associado à discussão de funções e autonomia. Nesse cenário, e em diálogo com diferentes segmentos sociais, propõem um sistema de avaliação com caráter de auto-reflexão, envolvendo os agentes institucionais e resguardando a autonomia institucional. Tal encaminhamento, que originou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras- PAIUB -, constituiu-se, segundo Leite (1997) numa manifestação antecipativa em relação ao Estado. Essa diretriz, que tinha um caráter de adesão, conviveu de forma contraditória com uma política reguladora do Estado, tomando a avaliação como alternativa para buscar a eficiência e a qualidade. Especialmente após 95 acentua-se a presença de uma política calcada

em medidas, trazendo uma lógica classificatória e o incentivo à competitividade, que, consumida pela comunidade acadêmica, acarretou conformações das instituições e de seus profissionais, como denunciaram Cunha (2002) e Sousa (2001).

Dois enfoques e práticas avaliativas distintas são identificados na realidade da educação superior brasileira, evidenciando a presença de paradigmas com diferentes concepções sobre a qualidade da educação e da missão da universidade: por um lado, a compreensão da instituição desvinculada de verbas públicas e autônoma para responder ao pacto com as forças do mercado, e de outro lado, uma universidade vista com a produtividade e a responsabilidade referidas aos compromissos sociais essenciais, voltada ao sentido do bem comum, aceitando o diálogo com o Estado.

Vivendo a trajetória ainda recente de avaliação institucional, diante de várias diretrizes, a cultura avaliativa é uma perspectiva em início de construção na educação brasileira. A elaboração de propostas avaliativas pelas instituições, ao lado dos desafios da avaliação externa, tem muitas implicações e ainda se convive com equívocos históricos. Nesse sentido, dicotomias tidas como superadas se mantêm presentes, trazendo em pauta questões como as apontadas por Prado Sousa (1997): ênfase no processo ou no produto, uso de métodos qualitativos ou quantitativos, avaliação educacional incompatível com controle educacional, que permeiam as discussões e têm gerado posicionamentos radicais contaminando e deformando práticas avaliativas.

Mesmo reconhecendo as iniciativas de algumas universidades, que se colocaram como pioneiras do trabalho de avaliação, pode-se afirmar que, de um modo geral, as instituições de ensino superior evidenciam poucas manifestações proativas em relação à adoção da avaliação institucional, tendendo a responder às iniciativas e exigências do Estado. A trajetória da proposta do PAIUB reflete essa tendência, pois, mesmo assumida voluntariamente por um número significativo de instituições, foi se esvaziando não somente por conta das novas ênfases oficiais, mas pelas próprias condições do contexto das realidades institucionais, que não sustentaram sua continuidade.

Faundez(1999) mostra as dificuldades da instalação da cultura de avaliação como suporte do aperfeiçoamento da instituição, evidenciando um processo impregnado pela ideologia organizacional, convivendo com resistências e temores, e até mesmo com a escassa capacidade de auto-crítica e de aceitação de crítica externa.

Compreender a avaliação institucional e suas possibilidades passa necessariamente pelo reconhecimento de que o processo avaliativo ocorre num espaço de intersubjetividades em que se pode presenciar confrontos e convergências de universos de crenças, representações e ideologias, que se fazem presentes nesse processo, nem sempre se constituindo como facilitadores do mesmo. Além disso, interferem nas práticas avaliativas a própria constituição do espaço institucional como portador de uma cultura e identidade grupal particulares, que atuam como produtores e filtradores de significados, ao mesmo tempo que se reconstróem.

O distanciamento entre processos de avaliação desencadeados e as práticas dos sujeitos nas instituições muitas vezes apresentam movimentos em direção e ritmos diferentes. Esses desencontros, essas lógicas conflitivas trazem o risco do imobilismo, ao invés das mudanças buscadas pela avaliação.

Hoje presenciamos um momento de implantação da nova política governamental de avaliação expressa no SINAES¹, que se apresenta com a intenção de superar as críticas de teóricos da área e da comunidade acadêmica a um modelo calcado em *rankings*, com a competitividade explícita. O atual sistema, que incorpora importantes elementos do PAIUB, propõe articular a regulação da qualidade da educação pelo Estado integrando processos de avaliação interna e externa, de forma a contribuir para a autonomia da instituição.

Analisando a proposta, dentre outros elementos, reconhecemos como particularmente importantes a ênfase dada à auto-avaliação como um processo participativo e o reconhecimento do princípio da globalidade, apontando para a avaliação do conjunto das dimensões institucionais, integradas pela missão. Nesse sentido, os documentos orientadores expedidos pelos órgãos oficiais² têm destacado a importância da “sensibilização da comunidade” como busca do envolvimento dos integrantes da instituição nas diferentes etapas do processo avaliativo, bem como a consideração da multidimensionalidade.

Desencadear a auto-avaliação institucional, assegurando a participação dos sujeitos e possibilitando a visão multidimensional, representa um desafio carregado de dificuldades para as instituições, especialmente para aquelas de médio e grande porte, que se compõem com vários campi, com diversidade de cursos, com grande número de alunos, docentes e funcionários.

Dificuldades para construção de um processo avaliativo de autoria dos sujeitos institucionais.

O processo avaliativo assume uma dinâmica bastante complexa quando o seu encaminhamento é marcado pelo reconhecimento do humano, pela exigência da autoria dos sujeitos. Lidando com esses elementos estamos pisando no campo do simbólico, da produção de sentidos construídos nas práticas sociais, reconhecendo o homem como construtor da realidade enquanto se constrói.

Ao serem instaladas práticas avaliativas nos ambientes institucionais há uma rede de sentidos que se integram, tangenciam e por vezes se contrapõem. Assim, dialogam no processo de avaliação os sentidos das ações produzidas pelos sujeitos e grupos, que se entrelaçam com o sentido desejado de universidade e com os sentidos atribuídos ao próprio processo avaliativo.

1 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10861 de 14 de abril de 2004.

2 Especialmente documentos orientadores produzidos pela CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior).

No ambiente institucional, marcado por uma cultura própria e palco de identidades sociais características, os sentidos e as representações da realidade vão sendo partilhadas por diversos grupos. Tais aspectos têm sido sinalizados por Dias Sobrinho (2002; 2003) em seus escritos sobre avaliação institucional. Convive-se com a heterogeneidade de sentidos atribuídos pelos sujeitos às práticas cotidianas revestidas de particulares concepções, opiniões, expectativas, crenças e valores.

O processo avaliativo põe em confronto essas ordens e sentidos diferentes, instalando um espaço psicossocial conflituoso. A avaliação vem sempre acompanhada de um conjunto de valores e implica juízos de valor dando sentidos à realidade. Por sua vez, os juízos são construções intelectuais, culturais e sociais que implicam relações nem sempre consensuais, levando à disputa de poder e de ideologias.

As óticas específicas, esses juízos particulares de sujeitos e grupos, tendem a definir diferentes indicadores e uma heterogeneidade de expectativas para as questões básicas do processo de avaliação: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar?

A avaliação, na perspectiva da auto-avaliação institucional, ao se propor a produzir conhecimentos sobre a realidade da instituição, busca explicitar, a fazer emergir os diferentes sentidos presentes em busca de um sentido comum, de um projeto de universidade. Nesse processo, que implica na participação dos sujeitos, na negociação entre pares, são construídos os referentes de avaliação, ficando explícitas as intenções e finalidades da instituição, ou seja, os sentidos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação educativa. É um processo por essência inacabado, dada a contínua ressignificação da realidade produzida pelos sujeitos.

Nesse contexto, pela própria natureza, a avaliação traz o caráter de desvelamento da realidade e perspectivas de mudanças associadas aos objetos avaliados. Tal situação pode acarretar medos, inseguranças e resistências, como manifestações de um sujeito ativo que orienta suas ações em direções por vezes não previstas pelos modelos de avaliação em realização. Avaliar nos coloca em ruptura com o campo das representações factuais, pois há uma intenção de mudança dirigida a um dever ser, nos lembra Hadgi (2001). O conflito surge porque, de um lado ou de outro, o processo implica sempre a difícil compatibilização entre expectativas, condições de realidade e também a presença de valores que estão no âmago das propostas de mudanças que vão dar outros sentidos à realidade.

A avaliação, na perspectiva da auto-avaliação institucional, ao se propor a produzir conhecimentos sobre a realidade da instituição, busca explicitar, a fazer emergir os diferentes sentidos presentes em busca de um sentido comum, de um projeto de universidade.

Na implantação de práticas avaliativas na instituição ainda se colocam os sentidos atribuídos pelos sujeitos a estas práticas. Historicamente, a avaliação mantém um universo simbólico, incorporando um papel autoritário e de controle continuamente exercido, ou revelando uma prática esvaziada. Num panorama de pouca reflexão em espaços coletivos, as instituições têm respondido de forma a manter esse quadro. A representação da avaliação associada ao controle e meritocrática, pode caracterizar-se como uma representação cultural, como propõe Wagner (2000), por se constituir profundamente enraizada no pensamento e comportamento da população. A presença dessa representação contamina a produção de sentidos de objetos a ela relacionada, como é o caso da avaliação institucional. Tal realidade gera expectativas e intenções que, por vezes, resultam em comprometimento do trabalho avaliativo, ou, pelo menos, em perdas para sua potencial possibilidade como instrumento de aperfeiçoamento.

Assim sendo, o desconhecimento desses processos, que ocorrem nas relações intersubjetivas ao lado de poucas possibilidades de explicitação e reflexão pelo grupo, pode acarretar a rejeição da avaliação ou torná-la um jogo de “faz de conta”, gerando sua simplificação e burocratização.

Todos esses aspectos nos levam a refletir sobre a questão da sensibilização dos atores institucionais buscando seu envolvimento e participação no processo avaliativo. A participação associada à autonomia pressupõe o diálogo, o pensar junto, a construção socioindividual, que implica no compromisso com a ação. Tem uma qualidade política, pois pressupõe uma inserção consciente e crítica num contexto sociocultural levando à transformação pessoal e social, o que nos remete a Habermas (1989) quando discute o agir comunicativo. A possibilidade da manifestação dessa participação depende de condições objetivas que possibilitem o diálogo entre os atores, a criação de espaços públicos ampliando o envolvimento dos sujeitos, nos quais se possa questionar meios e fins para se chegar a consensos.

Constata-se que, em muitos projetos de avaliação, desencadeados em instituições de ensino superior, há o oferecimento desses espaços num primeiro momento, com adoção de palestras, seminários, fóruns, sendo possível criar um clima de adesão inicial. As exigências do cotidiano institucional, entretanto, trazem um arrefecimento desse processo, ficando ausente o debate, trazendo o risco de o processo de avaliação ficar centralizado nas mãos de poucos, restrito aos ocupantes de postos da estrutura formal da instituição e dos membros da comissão de avaliação, e ainda por vezes a avaliação ficar reduzida aos seus aspectos técnicos e instrumentais, levando ao esvaziamento e à perda de sentido. Acentuando essa problemática, situa-se a dificuldade de adequação das condições de participação, especialmente para instituições de grande porte, como já salientado, dada a complexidade da dinâmica organizacional trazida pela diversidade de cursos, número elevado de atores, entre outros aspectos.

Dando concretude à sensibilização da comunidade

A problemática apresentada nos instiga a pensar em encaminhamentos que revelem possibilidades de se produzir um processo de avaliação construído coletivamente e que favoreça a compreensão da realidade avaliativa, desvelando os significados produzidos pelos sujeitos, os aspectos psicossociais presentes e produzindo espaços para reflexão e consciência do grupo.

Nessa direção apresentamos uma proposta construída a partir de experiência vivida em uma universidade³, com potencial para contemplar os aspectos destacados. Tratava-se de uma das Faculdades da instituição que desencadeava um trabalho de avaliação voltado para a gestão da sala de aula, trabalho inserido na retomada da avaliação da graduação pela universidade, vinculado ao PAIUB, e que havia sofrido um descompasso na instituição.

O caminho proposto (Marcondes, 2004) atende a uma perspectiva psicossocial e permite a instalação do processo avaliativo integrado com a interpretação da realidade. O referencial teórico é calcado em uma epistemologia de orientação psicossociológica e, em especial, nos fundamentos teóricos das representações sociais originados nos estudos de Serge Moscovici (1976), trazendo em seu bojo a ênfase no papel do simbólico na orientação das condutas humanas.

Enfatiza-se, no encaminhamento, a preocupação de compreender as experiências de avaliação vivenciadas pelo grupo, tendo como palco os sujeitos em interação em suas práticas cotidianas, vivendo relações que configuram as experiências escolares, enquanto expressam e reconstróem dimensões simbólicas. Implica na presença de um avaliador externo, que chamamos “avaliador-parceiro”, que, com aquiescência ou a convite do grupo se propõe a colaborar na execução de trabalhos de iniciativa da equipe e procura manter relações de confiabilidade.

Nesse processo o avaliador-parceiro tem um acesso consentido a uma variedade de situações que possibilitam a escuta das práticas, buscando descobrir sua espacialização e temporalidade, tentando penetrar nos sentidos, na perspectiva dos seus atores. Para tanto procura selecionar os momentos que permitam manifestações do *habitus* do grupo.

O modelo de encaminhamento contempla uma estrutura com componentes particulares que se integram e algumas vezes se sobrepõem permitindo a análise das dimensões estudadas e um acompanhamento contínuo do trabalho.

Os componentes da estrutura se configuram como: o *campo da avaliação*, a *inserção do avaliador* associado ao levantamento de dados, o processo de *interpretação* e sua *legitimação* junto ao grupo, tal como são expressos na figura e apresentados a seguir:

3 Esse trabalho se constituiu objeto de tese de doutorado pelo Programa de Psicologia da Educação da PUC/SP, de Anamérica P. Marcondes e orientada pela Prof. Dra. Clarilza Prado Sousa, defendida em 2004.